



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0000166-26.2017.8.26.0555**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**  
 Documento de Origem: **OF, BO, IP-Flagr. - 1378/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 2660/2017 - 5º Distrito Policial de São Carlos, 245/2017 - 5º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **BRUNO DA SILVA PEDRO**

Réu Preso

Justiça Gratuita

Aos 26 de outubro de 2017, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **BRUNO DA SILVA PEDRO**, devidamente escoltado, acompanhado da Dra. Amanda Grazielli Cassiano Diaz, Defensora Pública. Iniciados os trabalhos foram inquiridas as testemunhas de acusação Mauricio de Castro Bruschi e Renato Scuracchio, em termos apartados. Ausente a vítima Maria Silva Conde Fernandes. As partes desistiram da oitiva da mesma, o que foi devidamente homologado pelo MM. Juiz, que interrogou o réu, o que foi feito também em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso no artigo 155, § 4º, incisos I e II, do Código Penal, por ter mediante escalada e rompimento de obstáculo entrando na residência e subtraído bens. A ação penal é procedente, O réu em juízo confessou a prática do furto, tal como descrito na peça acusatória, ou seja, pulando muro e arrombamento da janela. Os policiais ouvidos confirmaram que logo após a prática do furto o réu foi encontrado na posse dos bens subtraídos. O laudo pericial comprovou as qualificadoras. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. O réu é reincidente, inclusive específico, de modo que a pena privativa de liberdade não pode ser substituída por pena restritiva de direito, devendo neste caso fixar o regime inicial fechado **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Tendo em vista a confissão do acusado, tanto na fase inquisitorial como em juízo, a Defesa deixa de tecer pedidos relativos à improcedência da ação penal. No tocante á dosimetria da pena devem ser compensados os antecedentes do acusado com a atenuante da confissão espontânea, devendo ser pontuado que o acusado confessou por completo o delito, até mesmo as qualificadoras, buscando colaborar com a instrução, e, ademais, se mostrou arrependido. Isto deve também ser considerado para imposição do regime inicial, pois a confissão tem a ver com a personalidade do acusado circunstância judicial do artigo 59 do CP, este que deve ser observado para imposição do regime inicial consoante o artigo 33, § 3º do mesmo Código. Ademais, a Sumula 269 do STJ permite a imposição de regime semiaberto para acusados reincidentes. Desta forma pleiteia-se a fixação de regime diverso do fechado. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. BRUNO DA SILVA PEDRO, RG**



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

42.396.394, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, incisos I e II, do Código Penal, porque no dia 07 de setembro de 2017, por volta das 16h00min, na Rua Afonso Botelho de Abreu Sampaio, nº. 794, Parque Santa Felícia, nesta cidade e Comarca, subtraiu, para si, mediante escalada e rompimento de obstáculo, uma máquina fotográfica da marca Yashica, modelo Splendor, uma máquina fotográfica da marca Canon, modelo AE-1, um tablete da marca Samsung e uma bolsa de nylon de cor Azul, bens avaliados globalmente em R\$ 1.370,00, em detrimento de Maíra Silva Conde Fernandes. Consoante o apurado, o denunciado decidiu saquear patrimônio alheio. De conseguinte, ele rumou para a residência situada no local dos fatos, ao que, após escalar o muro que a guarnecia, tratou de arrombar uma de suas janelas, ganhando o seu interior. Uma vez ali, o réu tratou de se apoderar dos bens referidos acima, pelo que, posteriormente, acondicionou-os em uma sacola de cor azul, partindo em fuga a seguir. E tanto isso é verdade, que um popular não identificado viu toda a ação delitiva engendrada pelo indiciado, razão pela qual a polícia militar foi acionada. Tem-se que, na posse das características do réu, milicianos rumaram para o local dos fatos e, quando diligenciavam nas proximidades do campus II da Universidade de São Paulo, lograram encontra-lo na posse da já mencionada bolsa azul, justificando abordagem. Instado informalmente, o denunciado prontamente confessou a subtração em tela, postura que se repetiu em solo policial, justificando sua prisão em flagrante delito. No mais, os objetos apreendidos foram prontamente reconhecidos pela ofendida como sendo seus. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (pag.76/77). Recebida a denúncia (pag.99), o réu foi citado (pag.116) e respondeu a acusação através da Defensoria Pública (pag.120/122). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação e a Defesa requereu a aplicação de pena no mínimo legal e imposição de regime diverso do fechado. **É o relatório. DECIDO.** A prova indica com toda segurança que o réu cometeu o furto que lhe é imputado. Com efeito, foi encontrado pelos policiais na posse dos bens furtados e de pronto admitiu o crime cometido. Ao ser interrogado nesta oportunidade, assistido da Defensora, confessou amplamente o crime cometido. Certa, portanto, a autoria, como também a materialidade, diante da apreensão dos objetos furtados e do laudo pericial. As qualificadoras da escalada e de rompimento de obstáculo também resultaram comprovadas no laudo de fls. 97/98, porque o acusado teve acesso no imóvel escalando o muro frontal de altura considerável e arrombou janela e grade para ganhar o interior da casa e retirar os objetos. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA** para impor pena ao réu. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 e 60 do Código Penal, em especial que foram recuperados os bens furtados, delibero fixar a pena-base no mínimo, ou seja, em dois anos de reclusão e dez dias-multa, no valor mínimo. Deixo de impor modificação em razão da agravante da reincidência (fls. 111/112) porque em favor do réu existe a atenuante da confissão espontânea, devendo uma situação compensar a outra. A reincidência específica impossibilita a substituição por pena alternativa. Além disso, os antecedentes e a conduta social do réu, que é usuário de droga, indicam que a substituição não é suficiente para corrigi-lo. CONDENO, pois, **BRUNO DA SILVA PEDRO** à pena de **dois (2) anos de reclusão e dez (10) dias-multa**, no valor mínimo, por ter transgredido **o artigo 155, § 4º, incisos I e II, do Código Penal**. A reincidência em crimes contra o patrimônio impõe que o regime seja o inicial **fechado**, inclusive como resposta ao comportamento desregrado do réu, que vem insistindo na prática delituosa, revelando que não se corrigiu e de nada valeram as punições antes recebidas para norteá-lo a uma mudança de comportamento. Impor outro regime, mesmo o intermediário, não seria suficiente para a prevenção a reprovação do crime cometido. A prisão já decretada deve ser

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

mantida, até porque continuam presentes os fundamentos. Ademais, como permaneceu preso até este julgamento, com maior razão deve continuar agora que está condenado, não podendo recorrer em liberdade. Recomende-se o réu na prisão em que se encontra. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Eu, Cássia Maria Mozaner Romano, Oficial Maior, digitei.

MM. Juiz(a):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):